

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I

1. Juros.....	27
1.1 Conceito.....	27
1.2. Juros na Idade Média.....	29
1.3. A reforma protestante e a usura.....	30
1.4. A ideologia liberal e a usura.....	31
1.5. Juros no Código de Napoleão.....	32
1.6. Juros no direito português.....	32
1.7. Juros no Brasil.....	32
1.8. Código Civil de 1916:.....	34
1.9. A Constituição de 1988.....	35
1.10. Juros Bancários.....	36
1.11. Anatocismo.....	37
1.11.1. Operações bancárias pela MP 2170-36, cuja constitucionalidade é arguida pela ADI 2316.....	39
1.12. Improriedades da Selic como taxa de juros.....	47
1.13 Súmulas n° 379, 380 e 381 aprovadas pelo STJ.....	49
1.14. Exceções à proibição de capitalização de juros.....	49
1.14.1. Cédulas de Crédito Comercial/Industrial/Rural ou outros contratos com previsão legal, desde que expressamente convencionados quanto a taxas, períodos de capitalização e termos iniciais.....	49
1.14.2 Capitalização anual para contratos de conta corrente .....	53

1.14.3 Capitalização anual para juros remuneratórios em mútuos.....	54
1.14.4 Cédulas de Crédito Bancário pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004.....	55
1.15. Tabela price.....	55
1.15.1. Cálculo.....	55
1.15.2. Eliminando o saldo devedor.....	58
1.15.3. Juros Abusivos.....	60
1.16. Sistema de amortização constante.....	61
1.17. Sistema de amortização crescente.....	61
1.18. Método Hamburguês.....	62
1.19. A Revisão dos Juros Remuneratórios Pactuados - RECURSO ESPECIAL Nº 1.061.530 - RS (2008D 0119992-4).....	62
1.19.1 Taxa aplicável quando reconhecida a abusividade na contratação dos juros remuneratórios.....	67
1.20. Modelos.....	77
1.20.1 Civil e processo civil - Em embargos monitórios, alega-se que a instituição financeira é a devedora, em razão da prática de anatocismo.....	77
1.20.2 Ação Revisional de Contrato de Financiamento - tabela price.....	91

## CAPÍTULO II

2. Cheque.....	117
2.1. Conceito.....	117
2.2. Princípios.....	118
2.2.1. Princípio da Cartularidade.....	118
2.2.2. Princípio da Literalidade.....	118
2.2.3. Princípio da Autonomia.....	119
2.2.4. Princípio da Abstração.....	119

2.2.5. Princípio da Inoponibilidade das Exceções.....	120
2.3. Requisitos essenciais.....	121
2.4. Aceite.....	121
2.5. Endosso.....	121
2.6. Desapossamento.....	122
2.7. Revogação do cheque.....	122
2.8. O Aval.....	123
2.9. As espécies de cheque.....	124
2.10. Protesto do cheque.....	129
2.11. Prescrição.....	131
2.12. Civil. relação de consumo. falha na prestação de serviço. banco. súmula 297D STJ. responsabilidade civil objetiva. danos materiais.....	132
2.13. Dano moral – talonários extraviados em poder da instituição bancária.....	139
2.14. Dano moral – cheque indevidamente devolvido.....	141
2.15. Erro de operacionalidade na compensação de cheque que acarretou a devolução do mesmo por insuficiência de fundos.....	142
2.16. Irregularidade dos endossos – responsabilidade do banco intercalar.....	144
2.17. Devolução de cheque por insuficiência de fundos.....	144
2.18. Cheque fraudado – falha na prestação do serviço – responsabilidade objetiva.....	145
2.19. Cheque devolvido – manutenção do nome do devedor no serasa após quitação do débito.....	146
2.20. Extravio de cheque enviado pelos correios – responsabilidade objetiva do banco.....	146
2.21. Devolução de cheques por ausência de fundos ocasionada por cobrança indevida de tarifa de contra-ordem.....	147
2.22. Devolução de cheque – provisão de fundos – negligência da instituição bancária.....	148

2.23. Cheque adulterado – compensação errônea.....	148
2.24. Dano moral – indevida devolução de cheque – dever de reparar...	149
2.25. Inclusão e manutenção indevidas de nome de pessoa física no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos do BACEN.	149
2.26. Estorno indevido de depósito realizado em conta – corrente – devolução de cheque por insuficiência de fundos.....	150
2.27. Devolução de cheque de conta já encerrada.....	151
2.28. Cancelamento unilateral de limite de crédito – ausência de prévia comunicação.....	152
2.29. Compensação de cheque furtado – inscrição do nome da correntista nos órgãos de proteção ao crédito.....	152
2.30. Cheque sem assinatura – falsificação de assinatura.....	153
2.31. Depósito de cheque por meio de envelope – demora em disponibilizar o crédito – defeito na prestação do serviço.....	153
2.32. Ausência de prévia notificação – cheque sem provisão de fundos	153
2.33. Inscrição em órgão restritivo de crédito – notificação prévia – ausência – responsabilidade – dano moral – devolução de cheque.....	154
2.34. Cheque especial – cancelamento do limite – comunicação.....	154
2.35. Compra com pagamento à vista mediante cheque – recusa sem esclarecimento prévio ao consumidor.....	154
2.36. Cancelamento de contrato de cheque azul sem notificação – dano in re ipsa, dever de indenizar.....	157
2.37. Cheque furtado – devolução por insuficiência de fundos.....	158
2.38. Bloqueio indevido em conta-corrente. cliente que teve cheque em posse de terceiros rejeitado pelo banco.....	159
2.39. Transferência entre contas de titulares diversos – autorização do correntista não demonstrada – devolução de cheque por ausência de fundos.....	159
2.40. Dano moral – cheque devolvido por preenchimento incorreto.....	160
2.41. Cheque furtado – alegação de falsificação de assinatura – imprescindível a realização de perícia grafotécnica.....	161

2.42. Modelos.....	162
2.42.1 Ação de indenização por perdas e danos - cheque furtado.....	162
2.42.2 Ação de indenização por dano moral - cheque devolvido indevidamente.....	166
2.42.3 Ação de reparação por danos materiais e morais por desconto de cheques com erro grosseiro.....	170

### CAPÍTULO III

3. Dano moral.....	179
3.1. Conceito.....	179
3.2. Do dever de reparar os danos morais.....	181
3.3. Legitimidade ad causum.....	182
3.4. O Quantum na reparação dos danos morais.....	184
3.5. Critérios de valoração do Dano.....	185
3.5.1. Punição do ofensor.....	190
3.5.1.1. A teoria do valor desestímulo.....	190
3.6. Formas de reparação dos danos morais.....	193
3.6.1. Resposta não patrimonial à lesão.....	193
3.6.2. Reparação pecuniária ou in natura.....	194
3.7. Responsabilidade Civil.....	196
3.7.1. Bancos estão sujeitos às regras do Código de Defesa do Consumido.....	198
3.7.2. Boa-fé objetiva.....	200
3.7.3. Ato ilícito.....	201
3.7.4. Nexo causal.....	202
3.7.5. Culpa e dolo.....	202
3.7.6. Responsabilidade Civil.....	203
3.7.7. Inversão do ônus da prova.....	204
3.7.8. Vulnerabilidade do consumidor.....	204

3.7.9. Vulnerabilidade técnica.....	206
3.7.10. Vulnerabilidade jurídica ou científica.....	207
3.7.11. Vulnerabilidade fática ou econômica.....	207
3.8 Civil e processual. acórdão estadual. nulidade não configurada. ação indenizatória. danos morais. denúncia à polícia sobre atitude considerada suspeita de pessoas em agência bancária. informação equivocada sobre porte de arma de fogo. participação do preposto do banco na diligência policial em local diverso. imprudência e excesso caracterizados. culpa. responsabilização. legitimidade passiva do réu.....	207
3.9. Ação de reparação por danos morais, em virtude de constrangimento causado em porta giratória de banco (art. 932 do ncc e art. 14 do cdc).....	219
3.10. Inscrição em serasa, oriunda de abertura de conta corrente com documentos falsos – responsabilidade da instituição bancária.....	226
3.10.1 Civil e processual. acórdão. ação de indenização. inscrição em serasa, oriunda de abertura de conta corrente com documentos falsos. responsabilidade da instituição bancária. dano moral. prova do prejuízo. desnecessidade. valor do ressarcimento. peculiaridades do caso.....	226
3.10.2 Agravo regimental no agravo de instrumento. responsabilidade civil. dano moral. inscrição no serasa. cumprimento da obrigação. manutenção do nome no cadastro de inadimplentes. ônus do banco (credor) em cancelar o registro. agravo regimental improvido.....	233
3.11. Responsabilidade civil. encerramento de conta-corrente com quitação de todos os débitos pendentes. inclusão indevida do nome da cliente nos órgãos de proteção ao crédito. dano moral presumido. valor da reparação. critérios para fixação. controle pelo stj. possibilidade.....	238
3.12. Cartão retido pelo caixa eletrônico.....	242
3.13. Responsabilidade civil – prestação de serviços bancários – inclusão indevida nos cadastros de inadimplentes (spc/serasa).....	243
3.14. Petição ação de reparação por danos morais.....	243

3.15. Responsabilidade civil – cheque sem provisão de fundos – emissão por terceiro, a quem a cartula emitida foi entregue por engano do banco.....	245
3.16. Depósito judicial – responsabilidade do banco depositário – súmula 179/stj – correção monetária.....	246
3.17. Talonários extraviados em poder da instituição bancária.....	246
3.18. Apresentação de extratos de conta vinculada ao fgts – responsabilidade da cef.....	248
3.19. Indenização, a título de perdas e danos, referente a valores indevidamente retirados de conta corrente por terceiro.....	249
3.20. Inscrição no cadin - dívida, objeto da inclusão, estava em discussão nos autos do processo.....	250
3.21. Saque em caixa eletrônico – valor recebido a menor – indenização por danos materiais e morais.....	250
3.22. Caderneta de poupança – débito automático indevido.....	251
3.23. Erro de operacionalidade na compensação de cheque que acarretou a devolução do mesmo por insuficiência de fundos.....	252
3.24. Irregularidade dos endossos – responsabilidade do banco intercalar.....	253
3.25. Responsabilidade civil do banco que não recolheu imposto de renda retido na fonte devido pelo autor.....	254
3.26. Abertura de conta corrente por terceira pessoa.....	254
3.27. Saques fraudulentos efetuados por terceiros.....	255
3.28. Saques feitos com a utilização de computador pessoal, através do uso de senha eletrônica, sem o consentimentos dos recorridos.....	258
3.29. Travamento de porta giratória – policial militar armado.....	258
3.30. Apresentação dos extratos das contas vinculadas.....	259
3.31. Ação de indenização por danos morais – responsabilidade civil – instituição bancária – protesto indevido – título já quitado.....	259
3.32. Fraude na concessão de empréstimo – saque indevido – ausência de comprovação de culpa exclusiva da vítima.....	260

3.33. Civil e processual civil, responsabilidade civil, recurso especial, empresa de vigilância e estabelecimento bancário, homicídio, vigilante que atua em legítima defesa.....	261
3.34. Agravo interno, recurso especial, cliente de banco vítima de roubo no estacionamento de agência bancária.....	278
3.35. Responsabilidade direta do banco réu – conta conjunta não solidário – empréstimo a cargo do cônjuge – assinatura de contrato pela autora – falta de comprovação.....	285
3.36. Ação de indenização por danos morais – cheques de terceiro lançados equivocadamente em conta de outro cliente.....	285

## CAPÍTULO IV

4. Duplicata.....	287
4.1. Conceito.....	287
4.2. Requisitos.....	287
4.3. Aceite.....	288
4.3.1. Duplicata sem aceite.....	289
4.4. Da Escrita Especial.....	289
4.5. caso de perda ou extravio.....	290
4.5.1 Ação anulatória da duplicata.....	290
4.6. Do processo para cobrança da duplicata.....	290
4.6.1. Foro.....	291
4.6.2. Prescrição.....	291
4.7. Aval.....	292
4.8. Endosso.....	293
4.9. Responsabilidade civil.....	293
4.10. Agravo regimental, agravo de instrumento, indenização, danos morais, protesto, duplicata desprovida de causa, endosso, responsabilidade, valor, razoabilidade.....	294
4.11. Indenização por danos morais – duplicata comprovadamente quitada – protesto indevido.....	303



4.12. Duplicatas sem causa – encaminhamento indevido a protesto – instituição financeira endossatária – ilegitimidade para figurar no pólo passivo das ações .....	304
4.13. Legitimidade passiva do banco que realiza operação de desconto - protesto indevido de duplicata.....	304
4.14. Protesto indevido – endosso translativo.....	304
4.15. Protesto indevido – título já quitado .....	305
4.16. Duplicata mercantil – protesto indevido – endosso-mandato – legitimidade passiva do banco endossatário.....	305
4.17. Protesto indevido de título quitado (mensalidade) e inscrição indevida na serasa.....	307
4.18. Ação cautelar de sustação de protesto – duplicatas sem aceite – sucumbência devida.....	307
4.19. Banco que recebe duplicata por meio de endosso-caução, sem lastro em negócio jurídico e a leva a protesto responde por perdas e danos.....	308
4.20. Cautelar de sustação de protesto – duplicata caucionada levada a protesto – contestação do banco endossatário – acordo entre as partes – ilegitimidade passiva do banco reconhecida – honorários advocatícios indevidos – litigância de má-fé.....	308
4.21. Endossatário – ilegitimidade passiva – indenização – duplicata – protesto indevido – endosso mandato.....	309
4.22. No endosso-mandato, somente responde o banco endossatário pelo protesto indevido de duplicata quando comprovada a sua negligência por ato próprio.....	309
4.23. Danos morais – sustação de protesto – duplicata – endosso-mandato – endossatário.....	309
4.24. Ação cautelar – sustação de protesto cambiário – denúncia da lide.....	310
4.25. Protesto indevido de duplicata sem aceite e desacompanhada do comprovante de entrega de mercadorias .....	310
4.26. O banco que recebe duplicatas através de endosso caução tem o dever de sindicatizar a existência material dos créditos que fundamentam os títulos .....	311

4.27. Modelo - Ação declaratória de nulidade de título cumulada com pedido de dano moral e tutela antecipada.....	312
---	-----

## CAPÍTULO V

5. Cartão de crédito.....	323
5.1. Generalidades.....	323
5.1.1 História.....	323
5.1.2. No Brasil.....	325
5.1.3. Algumas características.....	326
5.1.3.1. Crédito rotativo.....	327
5.2. Conceito.....	328
5.3. Natureza jurídica.....	330
5.4. Modalidades de cartões de crédito.....	330
5.5. Requisitos do cartão de crédito.....	330
5.6. Partes que formam o Sistema de Cartão de Crédito.....	331
5.7. Efeitos entre o emissor e o titular.....	331
5.8. Relações entre emissor e fornecedor.....	332
5.9. Relação entre o titular e o fornecedor.....	332
5.10. Extinção do cartão de crédito.....	332
5.11. Contrato de Cartão de Crédito e Minuta.....	333
5.12. Processo civil e bancário. medida cautelar com o fito de obter efeito suspensivo e ativo a recurso especial pendente de juízo de admissibilidade pelo tribunal de origem. súmulas nºs 634 e 635D STF. mitigação em hipóteses excepcionais.....	334
5.13. Contrato de cartão de crédito – capitalização dos juros – vedação – súmula nº 121-STF .....	352
5.14. Contrato de cartão de crédito – capitalização mensal dos juros – incidência – medida provisória nº 1.963-17/2000 – contrato posterior.....	352

5.15. Ação de indenização – danos materiais e morais – preliminar – legitimidade passiva – cartão de crédito – relação de consumo – devolução em dobro.....	353
5.15. Subtração de valores depositados em banco com cartão de crédito clonado.....	354
5.15.1 Cartão de crédito - clonagem – responsabilidade.....	354
5.15.2 Ação de indenização — dano moral e material — clonagem de cartão magnético.....	360
5.15.3 Petição inicial de repetição de indébito e danos morais por saque indevido.....	370
5.16. Manutenção indevida do nome do apelado no SERASA após o pagamento da dívida.....	376
5.17. Danos moral e material – falha no serviço prestado pela caixa econômica federal.....	376
5.18. Cartão de crédito – pagamento indevido – reconhecimento por parte da administradora do cartão – responsabilidade da instituição financeira.....	377
5.19. Pedido de cancelamento de compra no cartão de crédito – cobrança indevida – inserção do nome da autora no rol dos devedores.....	378
5.20. Alegação de cobrança indevida – ausência de contestação – revelia – inscrição nos cadastros de inadimplentes.....	378
5.21. Ação revisional de contrato de utilização de cartão de crédito c/c pedido de antecipação de tutela – juros acima do limite legal – vedada a capitalização mensal – ilegalidade da cobrança da comissão de permanência.....	379
5.22. Indenização por danos morais – dívida quitada no estabelecimento comercial – bloqueio indevido de cartão de crédito – protesto e inscrição do nome de cliente em cadastros de proteção ao crédito.....	380
5.23. Cartão de crédito – inclusão injustificada no cadastro de inadimplentes – dano moral – configuração – obrigação de indenizar – princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	380

5.24. Ação monitória – cartão de crédito – juros remuneratórios – limitação em primeiro grau de jurisdição com respaldo no art. 192, § 3º, da Constituição Federal (redação anterior à emenda 40/2003) – descabimento.....	381
5.25. Taxa de juros – não sujeição ao limite estabelecido no Dec – nº 22626/1933 – súmula 596 do STF – art. 192, § 3º, da CF – norma programática de eficácia limitada – aplicabilidade indireta, mediata e reduzida – súmula 648 do STF – inexistência de lei regulamentadora.....	381
5.26. Revisional de contrato de conta-corrente – inaplicabilidade do art. 26, II do CDC.....	382
5.27. Lei de usura – inaplicabilidade – súmula 283 do STJ – taxa de juros remuneratórios – cláusula potestativa – nulidade – exegese do art. 51, inc. x, do CDC – limitação dos juros à taxa média de mercado	382
5.28. Inocorrência da realização do depósito ou prestação de caução idônea – alegação de limitação de juros – inexistência de fundamentação jurídica para esse viés.....	384
5.29 Ação ordinária para revisão de contrato - cartão de crédito.....	384

## CAPÍTULO VI

6. Fundo de financiamento estudantil(FIES).....	393
6.1. O Financiamento.....	394
6.1.1. Contrato.....	394
6.1.2. Valor Financiado.....	394
6.1.3. Assinatura do Contrato de Financiamento.....	395
6.1.4. Prazo de Financiamento.....	395
6.1.5. Juros.....	396
6.1.6. Garantia.....	396
6.1.7. Amortização/Pagamentos.....	397
6.1.8. Transferência de Curso ou Faculdade.....	398
6.1.9. Aditamento.....	398

6.1.10. Suspensão do Financiamento.....	399
6.1.11. Encerramento de Financiamento.....	399
6.1.12. Como Participar.....	401
6.2. Atualização monetária. Utilização da tabela price. impossibilidade. existência de juros capitalizados.....	402
6.3. capitalização de juros. recurso repetitivo.....	414
6.4. somente em casos expressamente autorizados por norma específica, como no mútuo rural, comercial, ou industrial, admite-se sejam os juros capitalizados.....	418
6.5. revisional. fies. ilegitimidade passiva de CEF. princípio da legalidade. código de defesa do consumidor. tabela price. capitalização dos juros. limitação da taxa de juros. honorários de sucumbência.....	422
6.6. Desobrigatoriedade de fiança pessoal na renovação do contrato.....	431
6.7. Administrativo. financiamento estudantil. Fies. quitação do contrato. impossibilidade de nova contratação.....	435
6.8. Processual civil, tutela antecipada. contrato de abertura de crédito para financiamento estudantil - fies. cancelamento. suspensão. dois períodos não consecutivos. força maior. presença dos requisitos do art. 273 do CPC.....	438
6.9. Exigência de comprovação de idoneidade cadastral do estudante para assinatura do contrato – descabimento – contrato garantido por fiador idôneo.....	444
6.10. Modelos.....	447
6.10.1. Petição inicial de ação revisional de contrato de financiamento a estudante de ensino superior (Fies), requerendo a nulidade da aplicação da tabela price e da capitalização de juros, bem como exigindo a limitação da taxa de juros a 6% ao ano.....	447
6.10.2. de petição para aditar o contrato do fies sem fiador.....	479
6.10.3. Embargos monitórios.....	486
6.10.4. Juros, aplicação da TR, comissão de permanência e anatocismo - ação revisional do fies.....	495

6.10.5. Mandado de segurança em face de coordenador de universidade que obsta a realização de estágio por aluno inadimplente.....	506
6.10.6. Ação civil pública movida pelo de são paulo - juros - tabela price - 10% sobre o valor total da dívida em caso de inadimplemento - inscrição dos estudantes contratantes em órgãos de proteção ao crédito.....	511

## CAPÍTULO VII

7. Spread.....	533
7.1. Custo médio dos empréstimos bancários no Brasil e o spread bancário.....	533
7.2. Componentes dos spreads bancários no Brasil.....	533
7.3. A modalidade de operação influi no spread?.....	534
7.4. Por que o spread bancário nas operações com pessoas físicas é tão diferente do praticado nas operações com pessoas jurídicas? .....	535
7.5. Papel das garantias sobre o spread .....	535
7.6. Medidas do Banco Central para reduzir as taxas de juros e os spreads bancários.....	536
7.7. Efeito da insegurança jurídica (ou “risco legal”) sobre o crédito e o spread bancário.....	536
7.8. Crédito consignado em folha de pagamento.....	537
7.9. Cédula de Crédito Bancário.....	537
7.10. Alienação fiduciária em garantia.....	538
7.11 Microcrédito.....	538
7.12. Efeito da Lei de Falências e das alterações no Código Tributário Nacional sobre o mercado de crédito.....	538
7.13. Medidas implantadas para aumentar a concorrência e a transparência no mercado de crédito.....	539
7.14. Sistema de Informações de Crédito.....	540
7.15. Onde posso ler mais sobre juros e spread?.....	540

7.16. Jurisprudência.....	541
7.16.1 Limitação dos juros à média de mercado.....	541

## CAPÍTULO VIII

8. Teoria Geral dos Contratos.....	555
8.1 Conceito.....	555
8.2. Princípios Fundamentais do Direito Contratual.....	556
8.3. Classificação:.....	559
8.4. Validade dos contratos.....	566
8.5. Invalidade e ineficácia do contrato.....	568
8.6. Dos defeitos do negócio jurídico.....	572
8.7. Da extinção do contrato.....	576
8.8 Contratos Bancários.....	579
8.8.1 Conceito.....	579
8.8.2. Operações bancárias.....	581
8.8.3. Contrato de adesão.....	583
8.8.4. Contrato de depósito.....	585
8.8.5. Contrato de conta corrente.....	586
8.8.6. Desconto bancário.....	586
8.8.6.1. Características.....	587
8.8.6.2. Natureza jurídica2.....	588
8.8.7 Fomento mercantil (factoring).....	592
8.8.8. Contrato de abertura de crédito.....	593
8.8.8.1. Características.....	595
8.8.8.2. Modalidades do contrato de abertura de crédito.....	596
8.8.8.3. Extinção do contrato de abertura de crédito.....	597
8.8.9. Contrato de mútuo bancário.....	597
8.8.9.1. Conceito.....	597

8.8.9.2. Mútuo bancário.....	598
8.8.9.3. Capacidade.....	599
8.8.9.4. Características.....	600
8.8.9.5. Classificação do mútuo bancário.....	601
8.8.10 A relação de consumo e aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.....	602
8.9. Ação de revisão de contrato bancário - geral - arrendamento mercantil.....	604
8.9.1 Ação revisional de contrato de arrendamento mercantil – necessidade de revisão de cláusulas abusivas em contrato de leasing – precedente do STJ – descabimento de discussão acerca de juros remuneratórios e capitalização, porquanto não prevista sua incidência no negócio jurídico em questão.....	604
8.9.2 Ação revisional de contrato – arrendamento mercantil – cdc – incidência – súmula 297 – possibilidade de revisão de contratos findos.....	604
8.9.3 Contrato – arrendamento mercantil – leasing – revisão de cláusulas – juros – limitação – CF, art. 192, § 3º – capitalização de juros – comissão de permanência – notificação – VRG – valor residual garantido.....	605
8.9.4 Onerosidade excessiva – revisão de contrato de arrendamento mercantil – acordo entre autor e réu – levantamento dos valores depositados em juízo.....	605
8.9.5 Ação de desconstituição de contrato de arrendamento mercantil para mútuo e posterior revisão de cláusulas contratuais, com pedido de anulação de cláusulas abusivas e ilegais, cumulada com pedido de realinhamento de juros, repetição de indébito das parcelas pagas à maior e sustação de protesto.....	606
8.9.6 Ação de revisão de cláusulas contratuais – contrato de arrendamento mercantil.....	606
8.9.7 Ausência de ofensa ao artigo 535 do cpc – contrato de arrendamento mercantil – aplicabilidade do cdc – revisão contratual – possibilidade.....	607



8.9.8 Contrato de arrendamento mercantil de veículo automotor – revisão e rescisão contratual – simultaneus processus – devolução do valor residual garantido (VRG) – comissão de permanência – súmula 294 do STJ.....	607
8.9.9 Ação revisional – contrato de arrendamento mercantil – leasing – incidência do código de defesa do consumidor.....	608
8.9.10 Ação ordinária de revisão contratual – arrendamento mercantil – código de defesa do do consumidor – norma de ordem pública – aplicação – capitalização dos juros – inadmissibilidade indexador – INPC/IBGE – juros constitucionais.....	611
8.10. Modelos.....	613
8.10.1. Ação de revisão de contrato bancário.....	613
8.10.2. Ação de revisão de contrato bancário - Geral - Arrendamento mercantil.....	626
8.10.3. Ação declaratória - Extinção do contrato de conta corrente..	638
8.10.4. Ação declaratória - Extinção do contrato de conta corrente - Réplica.....	643
8.10.5. Ação declaratória - Extinção do contrato de conta corrente - provas a produzir.....	647
8.10.6. Financiamento de automóvel - ação de reparação por dano moral e pedido de tutela antecipada.....	649
8.10.7. Ação de revisão contratual c/c pedido de tutela antecipada - revisão de financiamento de veículo.....	654

## CAPÍTULO IX

9. Ação de prestação de contas.....	673
9.1 Conta corrente – apelação cível - exibição de extratos – necessidade de prestar contas.....	673
9.2 Ação de prestação de contas – primeira fase – conta corrente – apelação cível – decadência – cdc – ocorrência .....	674
9.3 Apelação cível ação de prestação de contas – conta corrente – 1) prazo para a apresentação das contas – 48 horas – parte final do § 2º, do artigo 915, CPC – 2) apresentação de extratos bancários – não	

substituição da prestação das contas – 3) sucumbência do banco réu, ante o decaimento mínimo dos pedidos do autor.....	674
9.4 Ação de prestação de contas – primeira fase – banco – carência de ação – inoccorrência.....	675
9.5 Legitimidade passiva – sucessão de bancos – banco – taxas e tarifas bancárias – decadência – CDC, art. 26, inc. II – arguição rejeitada neste passo procedimental – demanda em que não há reclamação contra vício aparente no serviço prestado pelo banco.....	675
9.6 Abertura de crédito em conta corrente – preliminares – inépcia da inicial – inoccorrência – generalidade – pedido específico e determinado – legitimidade passiva do banco – ausência de interesse de agir – extratos bancários fornecidos regularmente – irrelevância – obrigação do banco em prestar informações quando solicitado – princípio da boa-fé objetiva – clareza quanto a origem dos lançamentos efetuados – não verificada – honorários advocatícios – excesso verificado – redução.....	676
9.7 Ação especial de prestação de contas não é apropriada para obter interpretação dos títulos dos lançamentos efetuados, que podem ser obtidos no próprio banco.....	677
9.8. Modelo - Ação de prestação de contas contra banco - art 914 inc I do CPC.....	678

## CAPÍTULO X

10. Ação de restituição - saque indevido.....	681
10.1 Conta-poupança – saque indevido – encerramento de conta – aplicação do cdc – inversão do ônus probatório – anulação da sentença.....	681
10.2 Responsabilidade civil – dano moral – saque indevido da conta do autor por meio de simulação da assinatura – fixação do quantum devido – ônus de sucumbência – apelação da CEF parcialmente provida – apelação do autor improvida.....	682
10.3 Fato lesivo - bloqueio e saque indevido na conta-poupança do autor, em face de homonímia.....	682

10.4 Saques fraudulentos efetuados por terceiros – código de defesa do consumidor – aplicabilidade – instituição financeira – responsabilidade objetiva.....	683
10.5 Saques em conta poupança através de caixa eletrônico no interior de agência da cef e transferências bancárias para clientes da própria agência – negativa de autoria do correntista – inversão do ônus da prova.....	683
10.6 Saques indevidos na conta vinculada do FGTS.....	686
10.7 Administrativo – seguro-desemprego retirado por terceiro – falha prestação de serviço da cef – dano moral.....	686
10.8 Saque indevido de depósito de fgts – ausência de controvérsia a respeito do saque indevido.....	687
10.9 Dano moral – saque indevido em conta poupança não solidária – descumprimento contratual – cabimento de indenização sancionatória e ressarcitória – art. 173, § 1º, II, da CF.....	688
10.10 Ação de indenização por danos materiais e morais – instituição bancária – defeito na prestação do serviço (CDC, art. 14) – responsabilidade civil objetiva – fraude na concessão de empréstimo – saque indevido.....	689
10.11 Saque indevido em conta poupança – relação de consumo – código de defesa do consumidor.....	690
10.12 Terceiro, portando cédula de identidade de cliente, que saca dinheiro depositado em agência bancária a título de pagamento de benefício do inss. responsabilidade do banco. fato ocorrido em suas dependências sem traço de violência física ou moral.....	691
10.13 Saque indevido. apuração de regularidade da série de endossos. incumbência tributada ao banco apresentante e ao banco sacado.....	691
10.14 Erro de depósito bancário – saque indevido pelo correntista.....	692
10.15 Modelo - Ação de Restituição - Saque Indevido.....	694

## CAPÍTULO XI

11. Modelo de ação ordinária para revisão de contrato com pedido liminar.....	697
---	-----

12. Ação declaratória c/c preceito cominatório, nulidade, tutela antecipada e pedido liminar initio litis e inaudita altera pars.....	706
13. Ação ordinária para revisão de contrato - I - inicial.....	747
14. Ação ordinária para revisão de contrato - III - agravo de instrumento.....	753
15. Ação revisional - contrato de abertura de crédito - contra-razões de recurso especial.....	760
16. Embargos à execução fundada em título extrajudicial.....	765
17. Pedido de suspensão do processo - ação conexa.....	784
18. Adjudicação do bem penhorado pelo preço estimado pelo avaliador judicial.....	787
19. Constitutiva negativa de nulidade de cédulas de crédito rural.....	790
20. Embargos à execução.....	798
21. Embargos do Devedor por Excesso de Execução.....	845
22. Embargos a ação monitoria.....	847
23. Ação de execução provisória de honorários.....	869
24. Ação indenizatória por perdas e danos, danos morais e materiais.....	872
25. Ação declaratória de nulidade de cláusulas contratuais com pedido de depósito incidente de contraprestações c/c manutenção de posse do bem.....	893
26. Medida cautelar de protesto contra alienação de bens.....	936
27. Embargos de terceiro.....	939
28. Agravo de instrumento.....	947
29. Ação indenizatória por perdas e danos, danos materiais e morais pelo rito ordinário (Nota Promissória).....	952
30. Casa Própria.....	972
30.1. Ação para impedimento de leilão e renegociação da casa própria.....	972
30.2. Contrato para aquisição de imóvel onerado por hipoteca junto ao SFH - Sistema Financeiro da Habitação, no qual houve a recusa	

do agente financeiro em transferir o contrato, diante da exigência de refinanciamento do saldo devedor.....	987
30.3. Medida Cautelar Contra Acréscimos Substanciais das Prestações.....	1001
30.4. Ação cautelar contra a Caixa Econômica Federal (SFH).....	1007

## CAPÍTULO XII

31. LEGISLAÇÃO.....	1013
31.1 DECRETO-LEI Nº 167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967.....	1013
31.1.1 CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA.....	1032
31.1.2 CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA.....	1033
31.1.3 CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA.....	1033
31.1.4 NOTA DE CRÉDITO RURAL.....	1034
31.1.5 NOTA PROMISSÓRIA RURAL.....	1035
31.1.6 DUPLICATA RURAL .....	1036
31.2 DECRETO-LEI Nº 413, DE 09 DE JANEIRO DE 1969.....	1037
31.2.1 NOTAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL.....	1051
31.2.2 CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL.....	1052
31.3 DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969.....	1053
31.4 LEI Nº 492, DE 30 DE SETEMBRO DE 1937.....	1057
31.5 LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.....	1070
31.6 LEI Nº 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994.....	1101
31.7 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.....	1106